

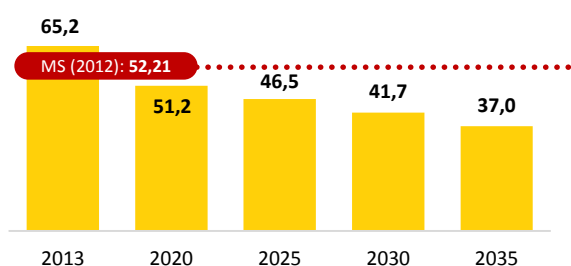


Descrição da situação futura

O JUDICIÁRIO REDUZ PROGRESSIVAMENTE SUA TAXA DE CONGESTIONAMENTO COM CRESCENTE NÍVEL DE INFORMATIZAÇÃO, CONFERINDO MAIOR VELOCIDADE AOS PROCESSOS JUDICIAIS. POR OUTRO LADO, O ESTADO PARTICIPA ATIVAMENTE DO DEBATE SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA, COM DEMANDAS CLARAS E SOBRE UMA BASE DE INFORMAÇÕES PRECISAS.

> CELERIDADE DO JUDICIÁRIO | Reduzir a taxa de congestionamento para 37%

Taxa de Congestionamento do Judiciário (% de Processos com Duração Superior a 1 Ano)



Fonte: Relatório da Justiça, TJRN (2014). Projeções Macroplan.



AUMENTO PROGRESSIVO DA EFICIÊNCIA DO JUDICIÁRIO

OPORTUNIDADE OU GARGALO

Alta taxa de congestionamento de processos com duração superior a 1 ano.

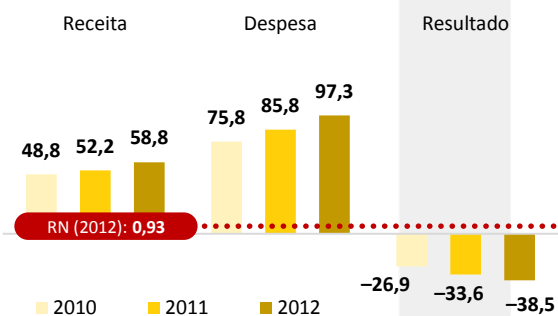
ESTRATÉGIA

Agilizar o andamento dos processos no Judiciário.

- Ampliar a informatização do Judiciário, com os melhores padrões de comunicação e integração por sistemas;
- Estabelecer políticas de melhoria na gestão de processos e pessoas, para garantir que a burocracia prevista legalmente seja realizada eficientemente;
- Implementar gestão por processos em tempo real, que aumente a produtividade do Judiciário, impedindo que falhas de comunicação e informação atrasem o andamento dos processos.

> PREVIDÊNCIA | Preparação ativa para negociação entre Estados e União

Resultado dos Regimes Próprios de Previdência Social Brasil (R\$ bilhões)



Fonte: CGEEI/DRPSP/SPS/MPS – CADPREV.



A REFORMA PREVIDENCIÁRIA É INEVITÁVEL, E O RN TEM RPPS DE 2005, COM EFEITOS APENAS EM 2035. O ESTADO DEVE PARTICIPAR COM PREMISSAS E AVALIAÇÃO ATUARIAL MUITO ROBUSTAS, PREPARANDO OS SEUS NEGOCIADORES.

OPORTUNIDADE OU GARGALO

Crescente deterioração da Previdência estadual, sem possível solução em 20 anos pelo Regime Próprio de Previdência social, criado em 2005.

ESTRATÉGIA

Consolidar informações robustas sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Rio Grande do Norte, elaborar e viabilizar plano para promover seu equilíbrio atuarial

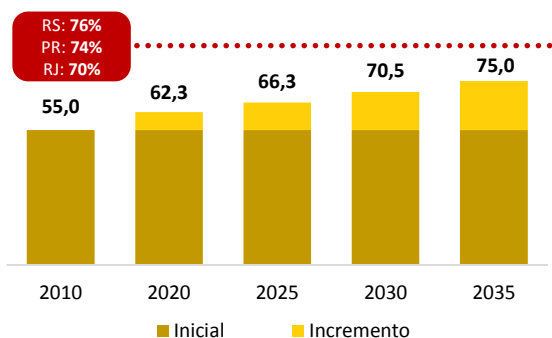


Descrição da situação futura

O GOVERNO DO ESTADO E AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS AUMENTAM PROGRESSIVAMENTE SUA EFICIÊNCIA INTERNA E SUAS ARRECADAÇÕES PRÓPRIAS, REDUZINDO A DEPENDÊNCIA DE TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS

> AUTONOMIA FISCAL | ESTADO Ampliar a autonomia fiscal do Estado para 75%

Autonomia fiscal estadual* (%)



Fonte: IPEA. Projeções Macroplan. *Receita tributária sobre receita líquida disponível.



O DINAMISMO DA ECONOMIA CONTRIBUI PARA A AUTONOMIA FISCAL DO ESTADO, QUE ULTRAPASSA O RJ E ALCANÇA AS MELHORES TAXAS BRASILEIRAS, COMO PR E RS.

OPORTUNIDADE OU GARGALO

Alta dependência de transferências externas no âmbito estadual e municipal.

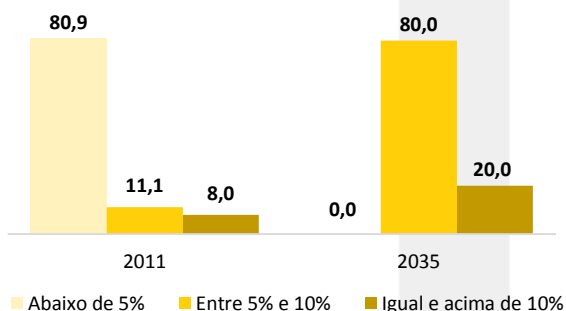
ESTRATÉGIA

Ampliar a autonomia fiscal do Estado a partir do crescimento econômico e da atuação fazendária.

Desenvolver e operar agendas de atuação compartilhada e cooperativa Estado-Municípios, especialmente nas áreas de educação, saúde e infraestrutura visando racionalizar a alocação e o uso de seus recursos e competências.

> AUTONOMIA FISCAL | MUNICÍPIOS Reduzir da dependência de transferências externas

Municípios pela Proporção de Receita Própria / Receita Corrente (%)



Fonte: STN.



OS MUNICÍPIOS DO ESTADO PASSAM A GERAR MAIS RECEITA PRÓPRIA, COM APOIO ESTADUAL EM GESTÃO GERAL E FISCAL. NENHUM MUNICÍPIO COM MENOS DE 5% DA RECEITA CORRENTE. A PROPORÇÃO É MAIOR EM MUNICÍPIOS ENTRE 5% E 10%.

OPORTUNIDADE OU GARGALO

Alta dependência de transferências externas no âmbito estadual e municipal.

ESTRATÉGIA

Ampliar a autonomia fiscal dos Municípios a partir do crescimento econômico e da gestão fiscal.

Desenvolver e operar agendas de atuação compartilhada e cooperativa Estado-Municípios, especialmente nas áreas de educação, saúde e infraestrutura visando racionalizar a alocação e o uso de seus recursos e competências.